

## Sensor Legislativo – situação da tramitação de privatizações no Legislativo e Executivo

A decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que proibiu o governo de privatizar empresas estatais sem prévia autorização do Congresso aliado as eleições gerais provocaram a paralização dos processos em andamento de desestatizações.

No Executivo, sete projetos não tiveram andamento desde junho, data de publicação da decisão do ministro. Em particular, o que tratava da venda das Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás), que inclusive já possui proposição em tramitação no Congresso Nacional.

Abaixo relação completa de projetos em paralisados:

Projeto	Classificação por reunião	Estudos	Consulta Pública	Acórdão TCU	Editais	Leilão
<a href="#">Desestatização - Casa da Moeda</a>	3ª Reunião	A realizar	A realizar	A realizar	Não Definido	Não Definido
<a href="#">Venda de participações acionárias da Infraero</a>	3ª Reunião	A realizar	A realizar	A realizar	Não Definido	Não Definido
<a href="#">Desestatização - CASEMG</a>	3ª Reunião	A realizar	A realizar	A realizar	Não Definido	Não Definido
<a href="#">Desestatização - CEASAMINAS</a>	3ª Reunião	A realizar	A realizar	A realizar	Não Definido	Não Definido
<a href="#">Desestatização - Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras</a>	3ª Reunião	A realizar	A realizar	A realizar	A realizar	A realizar
<a href="#">Loteria Instantânea - LOTEX</a>	3ª Reunião	Concluído 15/08/2017	Concluído 11/10/2017	Concluído 14/03/2018	Em andamento 3º trimestre de 2018	4º trimestre de 2018
<a href="#">PPP para Gestão de Rede de Comunicações - Comando da Aeronáutica - COMAER</a>	3ª Reunião	Concluído 10/07/2017	Concluído 30/08/2017	Em andamento	Em andamento 3º trimestre de 2018	4º trimestre de 2018

No Congresso Nacional, dentre as propostas em tramitação, possui na Câmara dos Deputados o PL 9463/2018, enviado pelo Poder Executivo, que prevê privatização da Eletrobrás. A proposta além de ter encontrado resistência no Congresso Nacional, tendo em vista que uma Medida Provisória caducou por decurso do prazo de 120 dias, a votação do parecer do relator, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que apresentou relatório no início de maio, aguarda votação na Comissão Especial.

Depois a proposta ainda deve ser votada no plenário da Câmara dos Deputados, e em seguida, tramitar no Senado Federal. Se espera, que a tramitação da proposta volte a pauta do Congresso em outubro, após as eleições gerais.

Confira abaixo a relação das principais propostas em tramitação sobre privatizações:

Proposição	Ementa	Tramitação
<a href="#">PL 9463/2018</a>	<b>Autor:</b> Poder Executivo Dispõe sobre a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973. Explicação: Revoga dispositivo da Lei nº 3.890-A, de 1961 e da Lei nº 10.848, de 2004.	Aguardando votação do parecer do relator, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que apresentou o relatório no início de maio, mas ainda precisa se manifestar sobre as emendas apresentadas na comissão especial.
<a href="#">PL 2465/1989</a>	<b>Autor:</b> Victor faccioni (PDS/RS) Autoriza o Poder Público a converter dívida externa em ações das empresas estatais em processo de privatização.	Tramita apensado ao PL 2728/1989. A matéria está pronta para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.
<a href="#">PL 2728/1989</a>	<b>Autor:</b> Senador Jutahy Magalhães (PSDB/BA). Estabelece normas para privatização das empresas públicas e de economia mista e dá outras providências. Confere ao Poder Legislativo o poder decisório final quanto à desestatização.	A matéria está pronta para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.
<a href="#">PL 4167/2001</a>	<b>Autor:</b> Inácio Arruda (PCdoB/CE) Modifica o art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Exclui do Programa	Tramita apensado ao PL 2543/2000. Aguardando parecer do relator, Lucio Vieira Lima (MDB-BA), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

	Nacional de Desestatização os serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário.	
<a href="#">PL 4356/2001</a>	<b>Autor:</b> Rubens Bueno (PPS/PR) Altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização.	Tramita apensado ao PL 2543/2000. Aguardando parecer do relator, Lucio Vieira Lima (MDB-BA), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
<a href="#">PL 1744/2003</a>	<b>Autor:</b> Carlos Sampaio (PSDB/SP) Altera o art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos referentes ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Exclui as empresas de saneamento básico do Programa Nacional de Desestatização; autoriza a alienação de ações de empresas de telecomunicações e energia nuclear.	Tramita apensado ao PL 2543/2000. Aguardando parecer do relator, Lucio Vieira Lima (MDB-BA), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
<a href="#">PL 4035/2008</a>	<b>Autor:</b> Arnaldo Jardim (PPS/SP) Consolida a legislação aplicável ao setor de energia elétrica brasileiro. Projeto lei de consolidação apresentado nos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998.	Aguardando parecer do relator, deputado Rubens Bueno (PPS-PR), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
<a href="#">PL 6490/2016</a>	<b>Autor:</b> Angela Albino (PCdoB/SC) Altera a Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Trata de critérios de desestatização.	Tramita apensado ao PL 2728/1989. A matéria está pronta para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.
<a href="#">PL 9145/2017</a>	<b>Autor:</b> Heuler Cruvinel (PSD/GO) Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada especial para a construção e administração de estabelecimentos penais.	Tramita apensado ao PL 6060/2016. Aguardando parecer do relator, deputado Silvio Costa (AVANTE-PE) na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).
<a href="#">PEC 390/2017</a>	<b>Autor:</b> Pedro Uczai (PT/SC) Altera o artigo 21 da Constituição Federal e cria o artigo 164-A, para tornar	Aguardando votação do parecer do relator, deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), pela admissibilidade do projeto na

	competência exclusiva da União a produção de moeda e passaporte.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
<a href="#">PL 8564/2017</a>	<p><b>Autor:</b> Moisés Diniz (PCdoB/AC); Leo de Brito (PT/AC); Paulão (PT/AL) e outros</p> <p>Estabelece que o serviço público de distribuição de energia elétrica será prestado diretamente pela União, ou mediante autorização, concessão ou permissão e altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir da aplicação de seus dispositivos a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., a Boa Vista Energia S.A., a Companhia Energética de Alagoas, a Companhia Energética do Piauí, a Centrais Elétricas de Rondônia e a Companhia de Eletricidade do Acre.</p>	Tramita apensado ao PL 6490/2016. A matéria está pronta para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.
<a href="#">PL 5977/1990</a>	<p><b>Autor:</b> Amaury Muller (PDT/RS)</p> <p>Determina medidas referentes à execução do Programa Nacional de Desestatização. Dispõe sobre a competência do Congresso Nacional de excluir empresa pública de edital de privatização, ou alterar as condições especificadas no edital, para evitar irregularidades ou corrigir deformações.</p>	Tramita apensado ao PL 2728/1989. A matéria está pronta para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.
<a href="#">PL 15/1991</a>	<p><b>Autor:</b> Raquel Candido (PDT/RO)</p> <p>Estabelece normas para a privatização das empresas públicas e de economia mista e dá outras providências.</p>	Tramita apensado ao PL 2728/1989. A matéria está pronta para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.
<a href="#">PL 3182/2012</a>	<p><b>Autor:</b> Carlos Bezerra (PMDB/MT)</p> <p>Altera o § 1º do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, introduzido pela Lei nº 10.303, 31 de outubro de 2001, que "Dispõe sobre as Sociedades por Ações". Define como alienação de controle de companhia aberta a transferência, efetuada mediante incorporação por meio de troca de ações.</p>	Aguardando parecer do relator, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
<a href="#">PL 3123/2012</a>	<p><b>Autor:</b> Alexandre Leite (DEM/SP)</p>	Aguardando votação do parecer, deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), pela rejeição, na Comissão de

	Dispõe sobre privatização dos estabelecimentos penitenciários. Altera a Lei nº 7.210, de 1984.	Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).
<a href="#">PL 9027/2017</a>	<b>Autor:</b> Roberto Sales (PRB/RJ) Acrescenta inciso IX ao art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para acrescentar o encargo que especifica, imputável a empresa concessionária ou permissionária de serviços públicos, e dá outras providências.	Aguardando parecer do relator, deputado Eli Corrêa Filho (DEM-SP) na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).
<a href="#">PEC 248/2013</a>	<b>Autor:</b> deputado Pedro Uczai (PT/SC) Acrescenta § 3º ao art. 20 da Constituição Federal, dispondo sobre a realização de plebiscito para a alienação do controle acionário de empresas estatais.	Aguardando votação do parecer do relator, deputado José Mentor (PT-SP), pela admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
<a href="#">PDS 107/2017</a>	<b>Autor:</b> senador Lindbergh Farias (PT-RJ) Susta a Sistemática para Desinvestimentos de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.	Aguardando votação do parecer do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), com voto favorável ao projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no Senado.
<a href="#">PDC 11/2015</a>	<b>Autor:</b> deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA) Susta o decreto 2.745, de 1998, que "aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997".	Aguardando designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).
<a href="#">PEC 370/2009</a>	<b>Autor:</b> deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) Acrescenta o § 5º ao art. 177 da Constituição Federal, determinando o controle exclusivo pela União da Petróleo Brasileiro S.A., PETROBRAS, e	Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA

	vedando a alienação que implique na perda do mesmo.	
<a href="#">PL 2728/1989</a>	<p><b>Autor:</b> Ex-senador Jutahy Magalhães (PSDB/BA)</p> <p>Estabelece normas para privatização das empresas públicas e de economia mista e dá outras providências</p> <p>Origem: PLS 23/1989</p>	A matéria está pronta para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.
<a href="#">PDC 827/2017</a>	<p><b>Autor:</b> Alessandro Molon (REDE-RJ)</p> <p>Susta os efeitos do Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.</p>	Aguardando parecer do relator, deputado Lucas Vergilio (SD-GO), na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS)
<a href="#">PLS 47/2007</a>	<p>Autoria: Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)</p> <p>Altera dispositivos da Lei 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.</p>	Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no Senado Federal.
<a href="#">MPV 814/2017</a>	<p>Autoria: Presidência da República</p> <p>Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e dispõe sobre a</p>	Processado encaminhado à Secretaria Legislativa do Congresso Nacional, tendo em vista a perda de eficácia da presente medida provisória em 01/06/2018.

	universalização do serviço público de energia elétrica.	
--	---	--